



EDIÇÃO 217 FEVEREIRO 2020

DECISÃO

Ministro Fux
suspende
juiz das
garantias

PÁGINA 3

DECISÃO traz
suplemento
sobre a nova
Previdência

PÁGINA 4

TJMG atua
intensamente
em favor de
Brumadinho

PÁGINA 11



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram
[31] 99881-4367



Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



Rua Albite, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte MG CEP 30.310-160

Amagis celebrará 65 anos com encontros no interior

AMAGIS

Em 2020, a Amagis completará 65 anos. Para celebrar a data, a diretoria da Associação irá promover uma série de encontros nas comarcas do interior do Estado, revitalizando a gestão itinerante e fortalecendo a integração da Magistratura mineira. A união entre a capital e o interior foi o ponto de partida para que a Amagis se consolidasse como a 2ª maior Associação estadual de magistrados da América Latina.

PÁGINAS 6 E 7

*Sede da Amagis, em
Belo Horizonte, foi
construída com o
apoio dos magistrados*

+SAÚDE!

**AMAGIS SAÚDE TERÁ APLICATIVO
PARA USO DOS ASSOCIADOS**

PÁGINA 20

SOLIDARIEDADE E COMPROMISSO

POR ALBERTO DINIZ*

“É digno de registro o esforço do presidente Nelson Missias de Moraes, da 3ª vice-presidente, Mariangela Meyer, e dos juízes e juízas da Comarca”

Saudamos, nesta edição, a pronta e rápida resposta do Judiciário mineiro à tragédia de Brumadinho. Desde o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da Mineradora Vale, em 25 de janeiro de 2019, a Justiça Estadual tem se empenhado para amenizar as consequências do maior desastre da história brasileira, que matou 259 pessoas. Outras 11 pessoas ainda não foram encontradas e/ou identificadas.

Um ano depois, 962 acordos foram protocolados no setor pré-processual, com 853 homologações envolvendo o rompimento da barragem. Um total de 799 ações foram ajuizadas e 28 acordos homologados. Houve 33 sentenças com resolução de mérito e outras 121 sem resolução de mérito, por questões processuais.

É digno de registro o esforço do presidente Nelson Missias de Moraes, da 3ª vice-presidente do Tribunal, desembargadora Mariangela Meyer, e dos juízes e juízas da Comarca pelo compromisso solidário com todos os atingidos pela maior tragédia ocorrida em Minas.

O desastre exigiu do Judiciário providências inéditas para atender à população atingida, direta e indiretamente. Entre elas, a implantação do PJe, a reestruturação do Ce-jusc, a criação de secretaria remota para apoiar, em regime de cooperação, o julgamento dos casos que tramitam na comarca. Fica aqui o nosso reconhecimento.

Ainda neste ano, alcançaremos marca histórica com os 65 anos de uma trajetória associativa vitoriosa. São seis décadas e meia de maturidade associativa que não foram construídas de uma hora para outra, mas ao longo de todo esse tempo. Se somos hoje a segunda maior Associação estadual de magistrados da América Latina é porque temos um passado e uma coerência pautados numa construção coletiva. Essa mesma coerência guia nossa missão original, que é a defesa incondicional da Magistratura e o aperfeiçoamento do judiciário.

Por essa razão é que, ao celebrarmos essa marca, neste ano, iremos fortalecer o princípio ativo que fundamentou essa conquista: a união da Magistratura, por meio da integração do interior com a capital. A partir de março, faremos encontros regionais para levar, através da gestão itinerante, a Amagis aonde o juiz e a juíza estiverem. O primeiro evento acontecerá no dia 26 de março em Uberlândia. Além da integração, discutiremos assuntos institucionais e ouviremos as demandas dos colegas associados.●

[*] Presidente da Amagis

ÍNDICE



- Fux atende Associações e suspende juiz das garantias **PÁG 03**
- Presidente comunica sobre direito a resíduos do Pasep **PÁG 04**
- DECISÃO traz suplemento sobre a nova Previdência **PÁG 04**
- Encontros no interior marcarão 65 anos da Amagis **PÁG 06**
- Diretoria recebe novos juízes na Amagis **PÁG 08**
- ENM dará ênfase a cursos de pós-graduação **PÁG 09**
- Ejef publica calendário anual de cursos de aperfeiçoamento **PÁG 09**
- Entrevista: Rogério Medeiros, presidente do TRE-MG **PÁG 10**
- TJ mantém atuação intensa em Brumadinho **PÁG 11**
- Mulheres criminosas são ordinariamente esquecidas **PÁG 12**

- Amagis participa de homenagem às vítimas do holocausto **PÁG 13**
- Colônia de Nova Viçosa pode ser reservada pelo Airbnb **PÁG 14**
- Piscina do Parque Esportivo terá aquecimento solar **PÁG 15**
- Baú de Acordes: Zé Ketí **PÁG 17**



- Atividades físicas previnem contra a temida osteoporose **PÁG 18**
- Amagis Saúde simplifica demonstrativo do IRPF **PÁG 19**

PRESIDENTE

Desembargador Alberto Diniz Junior

Vice-presidente Administrativo:

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente Financeira:

Juiza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente de Saúde:

Juiza Rosimere das Graças do Couto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juiza Marli Maria Braga Andrade

Vice-presidente do Interior:

Juiz Paulo Fernando Naves de Resende

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juiz Jorge Paulo dos Santos

Diretora-Secretária:

Juiza Ivone Campos Guillarducci Cerqueira

Diretor-Subsecretário:

Juiz Evandro Cangussu Melo

Diretora de Comunicação:

Juiza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro



Rua Albita, 194 - Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo ·

Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff · Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques · Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela · Mtb - MG: 14634

Izabela Machado · Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Publicare Design

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Fux atende Associações e suspende juiz das garantias

AMB ingressou com ADI contra a implementação da nova figura

Após questionamentos de Associações de classe, partidos políticos e juristas, o vice-presidente do STF, ministro Luiz Fux, suspendeu, no dia 22 de janeiro, a implementação da figura do juiz das garantias. Ela foi criada com a Lei nº 13.964/2019, do pacote anti-crime, sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro. A decisão atende a pedido da AMB feito por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.298.

Com a resolução, o ministro Luiz Fux revogou também a decisão do presidente do STF, ministro Dias Toffoli, proferida em 15 de janeiro, na qual ele suspendia cautelarmente, por 180 dias, os dispositivos da mesma norma referentes ao juiz das garantias.

Em sua decisão, tomada um dia antes da vigência da nova lei, Fux sustentou que por se tratar de uma questão complexa, seria preciso ter subsídios suficientes que indicassem o impacto real para o devido processo legal, a duração razoável do processo e a eficiência da Justiça Criminal, entre outros interesses tutelados pela Constituição Federal.

Em análise preliminar, o magistrado considerou que a regra altera a divisão e a organização de serviços judiciários, ferindo a autonomia organizacional do Poder Judiciário. Ainda de acordo com o ministro, a implementação da nova figura causará impacto financeiro re-

NELSON JR/SCO-STF



Ministro Luiz Fux, vice-presidente do STF

levante no Judiciário.

Por meio de nota, a presidente da AMB, juíza Renata Gil, saudou a decisão do ministro Fux e disse que a medida é uma demonstração da imparcialidade da Magistratura brasileira, e que a Constituição e a lei atual já asseguram a isenção nos julgamentos. “Cumprimos nosso papel de defender a Constituição Federal, que estabelece o princípio da unicidade e do juiz natural, garantindo às partes do processo a máxima transparência quanto aos reais responsáveis pelo julgamento das ações”, afirmou.

Segundo o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, o juiz das garantias viola o pacto federa-

tivo e a autonomia dos magistrados. O magistrado afirmou que a Amagis acompanhará e apoiará as ações da AMB para que os dispositivos da Lei nº 13.964/2019, referentes a essa nova figura, sejam definitivamente revogados, uma vez que a decisão do ministro Fux tem caráter liminar.

No período que antecedeu a decisão do ministro, o Conselho Nacional da Justiça (CNJ) realizou consulta pública sobre a instalação e estruturação do juiz das garantias. Ao todo, o órgão recebeu 111 propostas de todo o País, entre as quais 77 foram de magistrados e 27 de Tribunais de Justiça. Veja abaixo as principais sugestões enviadas, que foram divulgadas pelo CNJ.●

SUGESTÕES ENVIADAS AO CNJ SOBRE O JUIZ DAS GARANTIAS

- Varas únicas com tramitação de processos físicos
- Varas únicas com tramitação de processos eletrônicos
- Varas de violência doméstica e familiar contra a mulher
- O “rodízio de magistrados” previsto no parágrafo único do art. 3º-d do decreto-lei nº 3.689/1941]
- Localidades que tenham mais de uma unidade judiciária e mais de uma delas detenha competência na área criminal
- Localidades que tenham mais de uma unidade judiciária, mas somente uma delas detenha competência na área criminal
- Julgamento colegiado de 1º grau

- Realização das audiências de custódia mediante videoconferência
- Virtualização integral dos processos
- Criar unidades com competência regional
- Implementação do Pje Criminal
- Criação de unidades regionais de inquéritos
- Que o CNJ não estabeleça um modelo único de implementação do juiz das garantias, oportunizando que os tribunais adequem a efetivação da medida às realidades locais
- Necessidade de se proceder a rápida e prioritária digitalização dos processos
- Criação de varas especializadas para atuarem somente como juízo

das garantias

- Sugere-se que a regulamentação para a efetivação do juiz das garantias seja feita mediante dois sistemas distintos: I – regras para as futuras investigações e processos que venham a se iniciar; II – regras de transição para as investigações e processos em curso
- Sugestão para que o juiz das garantias não se aplique a processos com ritos próprios como aqueles dos julgados criminais, Lei Maria da Penha e Tribunal do Júri
- Sugere-se que seja aplicado somente para inquéritos policiais e processos novos

Presidente comunica sobre direito a resíduos do Pasep

Informação pode ser obtida nas agências do Banco do Brasil

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, emitiu comunicado, em 14 de janeiro, informando a magistrados, da ativa e inativos, que fazem jus ao Fundo de Participação do Servidor Público (Pasep) sobre a possibilidade de terem direito a eventuais resíduos do fundo.

No documento, o presidente da Amagis esclareceu que o Banco do Brasil se negou a fornecer a informação à Associação sobre eventual direito sem a autorização prévia e expressa do associado.

Diante dessa negativa, e a partir da compreensão de que o Banco do Brasil não tem interesse em divulgar a informação sobre o direito aos resíduos do PASEP, o presidente Alberto Diniz emitiu o comunicado no site da Amagis no qual disponibilizou autorização para que a Associação apure a informação, caso seja do interesse do magistrado.

Os associados que não enviaram a autorização para a Amagis podem obter a informação pessoalmente em qualquer agência do Banco do Brasil. Para isso, deve apresentar os documentos de identidade e CPF, e solicitar o extrato-pasep para apurar a existência de possíveis valores.

Os formulários enviados pelos magistrados foram encaminhados ao Departamento Jurídico da Associação, que irá realizar a consulta junto ao Banco do Brasil. Os associados que fizerem jus ao Pasep serão comunicados sobre o direito. ●



Prezado(a) colega magistrado(a);

Diversos servidores públicos, incluindo os magistrados (ativos e inativos), fazem jus ao Fundo de Participação do Servidor Público -PASEP, tendo direito à eventual existência de resíduos.

O Banco do Brasil, em que pese ter conhecimento sobre quais magistrados teriam resíduos remanescentes a receber, não tem interesse em divulgar a informação, bem como se negou a fornecer informações à Amagis sem a prévia e expressa autorização do associado-participante.

Assim, visando que o(a) associado(a) tenha a informação e exerça o seu direito, pedimos que o(a) colega dirija-se a qualquer agência do BB – Banco do Brasil, munido de documento de Identidade e número de CPF, e solicite o EXTRATO-PASEP, apurando possíveis valores a receber.

Caso o(a) colega prefira, a Amagis poderá solicitar as informações em seu nome junto ao BB, para saber sobre a existência de eventuais resíduos a receber, e repassá-las ao associado para levantamento, caso existam, mediante o preenchimento e assinatura da autorização que segue no link abaixo.

Optando pela autorização, após o devido preenchimento e assinatura o(a) associado(a) deverá encaminhá-la, escaneada, por e-mail, para presidencia@amagis.com.br, ou enviá-la pelo correio, aos cuidados da Presidência, para a Rua Albitea, 194, Cruzeiro, BH-MG, Cep: 30.310-160.

Atenciosamente;
Des. Alberto Diniz Junior
Presidente da Amagis

Comunicado do presidente da Amagis

DECISÃO traz suplemento sobre a nova Previdência

Encarte reúne dúvidas e respostas sobre a aposentadoria

A edição do jornal DECISÃO deste mês traz um suplemento com dúvidas e respostas sobre a nova previdência. O material foi produzido a partir da consultoria oferecida pela Amagis aos magistrados mineiros, por meio de contrato com o escritório de Advocacia Brito Campos.

As perguntas e respostas foram sistematizadas pelo advogado Marcelo Barroso, que, durante as terças-feiras dos meses de outubro e novembro passado, realizou 48 consultorias com associados, a fim de orientá-los

sobre quais os procedimentos mais adequados para a aposentadoria. Os encontros foram realizados na sede da Amagis ou por chamada de vídeo na internet, a fim de atender aos associados das comarcas do interior.

O objetivo da Amagis, com a iniciativa, foi oferecer suporte jurídico aos magistrados frente às mudanças trazidas com a nova Previdência. No campo político, o presidente da Associação, desembargador Alberto Diniz, mantém a atuação em Minas e em Brasília, para impedir retrocessos na

legislação que afetem os direitos da Magistratura mineira.

Na esfera judicial, a Associação apoiou a decisão da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) e da AMB de ingressar com duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) no STF, com pedido de medida cautelar, questionando dispositivos da Emenda Constitucional nº 103/2019, que altera o sistema de previdência social e estabelece novas regras de transição e disposições transitórias. ●

ATUAMOS EM TODOS OS PROCESSOS DO LEILÃO



PRÉ LEILÃO

Levantamento fotográfico, de documentação e georreferenciamento de imóveis rurais.



AVALIAÇÃO

Com aplicação da metodologia do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (CONFECI) e normas da ABNT.



EDITAL

Confecção de editais de fácil compreensão e publicação.



INTIMAÇÃO

Providenciamos a intimação das partes, co-proprietários e credores com o objetivo de evitar qualquer nulidade.



MÍDIAS

Divulgação em jornais de ampla circulação, rádio, tv, redes sociais (Youtube, Facebook, Instagram), sites próprios, sites de venda, telemarketing, e-mail...



PUBLICIDADE

Personalização do plano de Marketing e análise de público alvo. Usando as características do item como influenciadora da venda.



REALIZAÇÃO

Com sistema e plataforma exclusiva para realização de leilões eletrônicos, disponibilizamos também auditório para realização de leilões simultâneos.



GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL

Confecção e acompanhamento do pagamento da guia de depósito judicial mesmo em casos de parcelamento.



PÓS LEILÃO:

Fechamento do leilão com entrega de relatório detalhado ao comitente e amplo suporte aos arrematantes.

Leiloeiros devidamente cadastrados
no sistema AJG

Resolução 882/2018 artigo 18
(indicação direta)



fernandoleiloeiro.com.br



jonasleiloeiro.com.br



lucasleiloeiro.com.br

Contrate nossos serviços:

www.mgl.com.br | 37 3242-2218 | 37 99827-5613 | leiloesmg@leiloesmg.com.br



GRUPO CRÉDITO

**Administração judicial com atuação
em diversas comarcas:**

Jacutinga/MG

Carmo do Cajuru/MG

Muzambinho/MG

Pirapora/MG

Passa Quatro/MG

dentre outras...

Encontros no interior marcarão 65 anos da Amagis

Celebração visa a valorização dos juízes que atuam no interior

A partir de março, a diretoria da Amagis promoverá série de encontros com magistrados nas comarcas do interior, a fim de celebrar os 65 anos da Associação, revitalizar a gestão itinerante e fortalecer a integração entre a Magistratura do interior e da capital.

Segundo o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, a decisão de promover os encontros no interior é, ao mesmo tempo, uma forma de homenagear os magistrados que deram passos decisivos para a criação da Associação, preservar a história do associativismo mineiro, valorizar e fortalecer os laços com os juízes que atuam em toda a Minas Gerais. “A união entre a capital e o interior está no código genético da nossa Associação. É preciso preservar sempre nossa história e valorizar essa união”, afirmou.

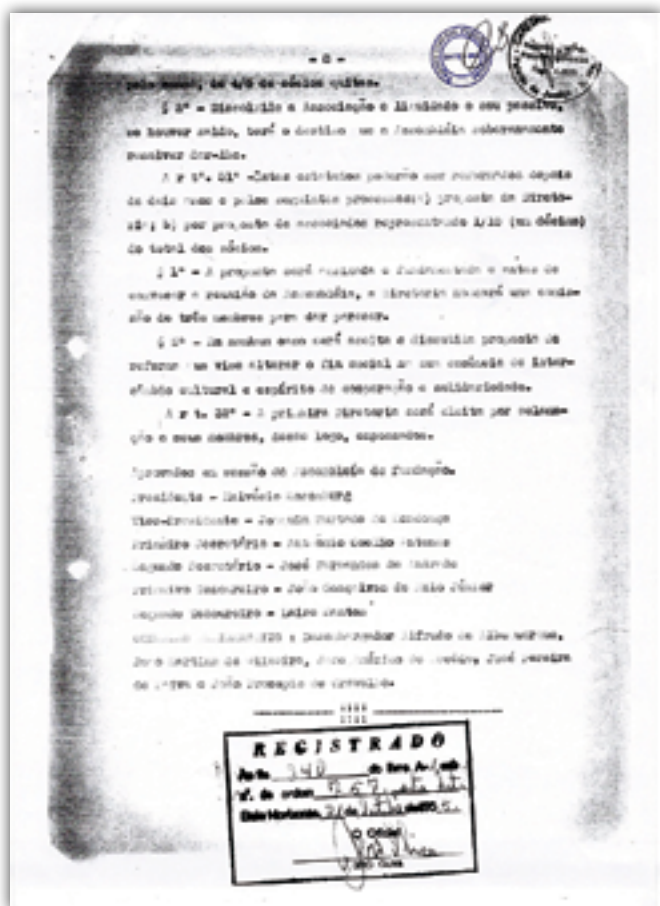
A Amagis foi criada no dia 21 de outubro de 1955, conforme consta no cartório de Registro de Pessoas Jurídica (folha 240 do livro A-1, número de ordem 757). No entanto, foi a partir das fundações da Associação Regional de Magistrados [Armam] no dia 3 de outubro de 1970, em Juiz de Fora [Zona da Mata], então presidida pelo juiz Maurício Delgado, e em 28 de dezembro desse mesmo ano, da Associação Estadual dos Magistrados [Assemag], sob a presidência do juiz Francisco Bernardo Figueira, que a Amagis saíria do papel.

UNIÃO

As duas associações foram criadas para fazer frente às dificuldades enfrentadas pelos magistrados naquele período, como disse o saudoso juiz Antônio Carlos Ferreira Botti em entrevista à equipe do Memorial da Amagis. Ele contou que, por muitas vezes, os magistrados ficavam endividados, sem dinheiro para pagar o armazém e até mesmo o aluguel. Botti também relatou que, quando foi transferido da Comarca de Barão de Cocais para a Comarca de Lima Duarte, chegou a ficar seis meses sem receber, pois a coletoria estadual não tinha dinheiro para pagar a todos os funcionários do Estado.

Foi então, segundo Botti, que, no segundo semestre de 1968, após uma viagem de magistrados de Juiz de Fora a São Paulo, os juízes Maurício Delgado, José Guido de Andrade e João Grinalson da Fonseca lideraram um movimento de aproximação dos magistrados da região, que culminou na criação da Armam. Botti afirmou ainda que, com a repercussão positiva da iniciativa dos juízes da Zona da Mata, os magistrados de Belo Horizonte se organizaram e criaram a Assemag.

Ao perceber a força daquela mobilização, conforme observou Botti, o então presidente do TJMG, desembargador Helvécio Rosenberg, decidiu revitalizar o associativismo incorporando, em 1º de setembro de 1972, a Armam e a Assemag à Amagis. “Essa foi a grande vantagem da criação e do funcionamento dessas duas associações regionais”, afirmou.



Registro da Amagis no cartório de pessoas jurídicas

A participação da classe no associativismo mineiro foi fundamental para o fortalecimento e consolidação da Amagis, como podemos observar na entrevista do desembargador aposentado Caetano Carelos à equipe do Memorial da Amagis. De acordo com ele, mesmo enfrentando dificuldades financeiras, os magistrados contribuíam com pequenas quantias, e os recursos obtidos eram aplicados em bancos.

A construção da sede da Amagis, na Rua Albita, no bairro Cruzeiro, em Belo Horizonte, é considerada pelo magistrado um momento importante para o fortalecimento da Associação. Carelos destacou o auxílio dado aos juízes em caso de doenças, como outra iniciativa importante para a união da classe. Com o fortalecimento da Amagis, em 1976, foi criada a Amagis Saúde, que, atualmente, conta com cerca de 7 mil usuários.

Por toda Minas Gerais, a diretoria da Associação conta com 27 Seccionais instaladas em diversas regiões do Estado, garantindo, por meio da atuação com os diretores regionais, a interlocução com os magistrados que atuam no interior, origem e força do associativismo mineiro. ●



Valorização do interior é prioridade da diretoria



Presidentes da Amagis, do TJMG e 3º vice-presidente do TJ com juízes em Jaíba

Nos dias 13 e 17 de janeiro, o presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou, respectivamente, da inauguração dos novos fóruns das Comarcas de Unai (Noroeste de Minas) e Jaíba (Norte de Minas) e reuniu-se com os magistrados de cada região.

Além do reconhecimento da importância do Plano de Aceleração de Obras do TJMG, que tem à frente o presidente do Tribunal, desembargador Nelson Missias, os encontros com os magistrados fazem parte da política da diretoria da Amagis de valorização e integração dos juízes e juízas do interior.

Em seu primeiro ano à frente da Amagis, o presidente Alberto Diniz levou a gestão itinerante a 15 comarcas.

MIRNA DE MOURA/TJMG



Reunião com magistrados na Comarca de Unai

Em 2020, ele pretende intensificar e revitalizar a gestão itinerante, promovendo encontros pelo interior no ano que a Associação completa 65 anos.

INAUGURAÇÕES

Ao participar da inauguração dos novos fóruns de Unai e Jaíba, o presidente Alberto Diniz saudou a direção do TJMG por dotar a 1ª Instância de uma infraestrutura que possibilita a juízes, servidores e demais operadores do Direito atuarem de forma adequada, propiciando ao cidadão um serviço de qualidade na busca pela justiça. “A construção e reforma de novos fóruns em várias regiões do Estado são um passo importante para a melhoria nas con-

dições de trabalho dos magistrados mineiros”, reconheceu Alberto Diniz ao cumprimentar o presidente do Tribunal pela iniciativa.

Ao inaugurar o fórum de Unai, o presidente Nelson Missias anunciou a doação de um terreno, pela prefeitura municipal, para a construção de uma Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) feminina na comarca. Em Jaíba, ele destacou o fato de a comarca ser a primeira, entre as 297 existentes em Minas Gerais, a iniciar sua atividade totalmente integrada ao Processo Judicial eletrônico (PJe).

Na atual gestão do TJMG 46 construções de fóruns foram iniciadas e cerca de 30 serão inaugurados. ●

“A união entre a capital e o interior está no código genético da nossa Associação. É preciso preservar nossa história e valorizar essa união”

Alberto Diniz, presidente da Amagis

“A base da Magistratura está no interior, vivenciando as peculiaridades de cada comarca, as diferentes culturas e tradições, encontrando na nossa Associação a guarida necessária para vencer as barreiras naturalmente impostas ao juiz que está distante da sede do Tribunal e das grandes comarcas”

Juiz Paulo Naves Fernandes de Resende, vice-presidente do Interior

“A Magistratura era unipessoal, cada um era juiz na sua comarca, e às vezes, na mesma vara, não comunicava com seus colegas. A Amagis acabou com isso”

Juiz Antônio Carlos Ferreira Botti

“Os juízes só podiam contar com o Ipsemg, mas não havia no interior, só na capital. Era muito difícil o juiz vir com a família ou um familiar a Belo Horizonte. A Amagis criou, primeiro, uma contribuição para as despesas de doença e auxílio hospitalares dos juízes”

Desembargador aposentado Caetano Carelos

Diretoria recebe novos juízes na Amagis

Presidente participou da abertura do curso da Ejef

Após tomar posse em solenidade realizada no TJMG, no dia 31 de janeiro, 27 novos juízes que ingressaram na Magistratura mineira foram recebidos pela diretoria da Amagis na sede da Associação. No dia 3 de fevereiro, os empossados começaram a participar do 3º Curso de Formação Inicial de Juízes de Direito Substitutos do TJMG, promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef).

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, que participou da abertura do curso da Ejef, não escondeu sua satisfação com a posse dos novos magistrados. “Estamos muito felizes com a chegada dos novos juízes, pois engrandecerão o nosso Judiciário. Esperamos todos eles na Amagis para integrar o time de magistrados em Minas Gerais na luta pela Magistratura, elevando o nome do Judiciário mineiro”, afirmou.

Ao dar posse aos novos juízes, o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, ressaltou que a Magistratura não é o exercício de uma profis-

IZABELA MACHADO



Alberto Diniz com novos juízes durante a posse

são, mas o desempenho de uma missão, de “um verdadeiro sacerdócio”.

Na abertura do curso de formação, a desembargadora Áurea Brasil, 2ª vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, disse que os novos juízes iniciam uma nova fase em suas vidas, capaz de lhes proporcionar profunda realização pessoal e profissional, de grandes preocupações e enorme responsabilidade, que exige aperfeiçoamento técnico e humano.

“Mais do que nunca, exige-se do magistrado habilidades que vão muito além do conhecimento jurídico”, afirmou. Segundo o juiz Marco Paulo Coutinho da Silva, que tomou posse com a nova turma, há uma expectativa muito grande com relação ao futuro. “Sabemos que é um grande desafio”, afirmou. Recém-empossado, o juiz Daniel Valério de Siqueira Fonseca disse ter se sentido muito bem acolhido pela Associação.●

CONTRIBUA COM O NUTRIS

É possível ajudar o Nutris de diversas formas, com doações de objetos, mantimentos e dinheiro. Para saber mais, entre em contato pelos telefones:

No Nutris: (31) 3485-6035 [Falar com Maria Nilza]

Na Amagis: (31) 3079-3471

Agende uma visita para conhecer

a instituição pessoalmente! Para os magistrados, é possível autorizar o desconto mensal na folha de pagamento do valor que desejar.

Esse recebimento mensal de doações é muito importante para a manutenção da instituição, pois traz previsibilidade de receita.

Para autorizar o desconto em folha, basta preencher a ficha abaixo, escanear ou fotografar e enviar para financeiro@amagis.com.br. Ou recortar e enviar a ficha abaixo para Departamento Financeiro da Amagis: Rua Albita, 194, 3º andar – Bairro Cruzeiro – Belo Horizonte – MG – Cep: 30310-160



AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA

Eu, _____, magistrado(a) da Comarca de _____, autorizo o desconto mensal, em minha folha de pagamento, na importância de:

10% do salário mínimo { }
15% do salário mínimo { }
20% do salário mínimo { }
_____%

Referente a minha contribuição para o Núcleo de Trabalho e Integração Social – NUTRIS

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura _____

ENM dará ênfase a cursos de pós-graduação

Descentralização das atividades também é meta da Escola

Dar ênfase aos cursos de pós-graduação profissionalizantes. Esse é um dos objetivos estabelecidos pelo novo diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura (ENM), desembargador Caetano Levi Lopes, do TJMG, para a instituição durante o biênio 2020-2022.

De acordo com Caetano Levi, essa meta deverá ser cumprida por meio de convênios celebrados com instituições de ensino superior. O desembargador esclareceu que a ENM manterá a oferta de cursos próprios, enfocando a formação humanística dos magistrados para o melhor desempenho da atividade jurisdicional. “O magistrado não é e nem pode ser substituído por máquinas, mesmo as mais sofisticadas. A sentença vem do verbo sentir, o sentimento de justiça que o julgador deve ter em cada conflito a ele submetido. O magistrado não é mero aplicador de textos legais”, avaliou.

Para abranger o maior número de magistrados, a ENM continuará promovendo aulas na modalidade ensino a distância e pretende descentralizar a

AMB



Renata Gil, presidente da AMB, e Caetano Levi, diretor-presidente da ENM

oferta de cursos. “A realização de cursos presenciais predominantemente em Brasília dificulta a participação de magistrados de regiões distantes. Na atual gestão, cursos presenciais serão ministrados em parceria com Escolas Judiciais ou associativas de todas as partes do território nacional”, afirmou Caetano Levi.

Para isso, a ENM deverá intensificar a integração com as Escolas Judiciais

de todo o País. Na avaliação do desembargador, as parcerias serão fundamentais, pois as escolas poderão contribuir com sua infraestrutura e suporte de pessoal, e a ENM com docentes que tenham notória formação profissional. Ainda de acordo com ele, a maioria dos cursos deverá ser credenciada em órgãos competentes para que a certificação seja aproveitada pelos magistrados nas promoções por merecimento.●

Ejef publica calendário anual de cursos de aperfeiçoamento

Conteúdo oferecido visa a formação permanente dos juízes

A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes publicou, no início deste ano, o calendário de cursos de 2020 oferecidos a magistrados, servidores, estagiários e colaboradores da Justiça. A intenção é que eles possam planejar sua participação nas atividades que serão realizadas pela Escola.

De acordo com a desembargadora Áurea Bra-

sil, 2ª vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, o conteúdo oferecido tem como objetivo atender às necessidades do Tribunal. A magistrada disse ainda que a Escola pretende manter a realização de cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

O juiz auxiliar da 2ª vice-presidência do TJMG,

Luís Fernando Benfatti, destacou que a programação inclui os cursos de Pós-graduação Lato Sensu em “Design de Sistemas Aplicado à Resolução de Conflitos e Gestão Processual”. O curso é promovido em parceria com a UFMG, e o de “Teoria da Decisão e Teoria do Direito” é ministrado pela Fundação Getúlio Vargas, que terá início em março.

Segundo a diretora executiva da Ejef, Ana Paula Prosdocimi, a Escola pretende ampliar a regionalização de suas ações educativas, promovendo, por exemplo, oficinas jurídicas, gerenciais e de relações humanas no trabalho em seus núcleos regionais. O calendário anual está disponível no endereço eletrônico ejef.tjmg.jus.br/pad-2020.●

Rogério Medeiros

presidente do TRE-MG



TRE-MG

Neste ano, milhares de brasileiros irão às urnas eleger os candidatos a prefeitos e a vereadores de suas cidades. Uma das novidades do pleito de 2020 é o fim da coligação nas eleições proporcionais. Medida que, na avaliação do presidente do TRE-MG, desembargador Rogério Medeiros, pode ser positiva ao enfraquecer a influência dos “puxadores de votos” e o chamado presidencialismo de coalizão. No entanto, o magistrado advertiu que muitas mudanças na Lei Eleitoral podem não ser benéficas para a democracia.

Mudanças nas regras eleitorais antes de cada novo pleito podem causar insegurança jurídica?

Desde a redemocratização, quando tínhamos uma lei completa para cada eleição, convivemos com essa questão no Brasil. Em 1997, o Congresso Nacional editou a Lei 9.504, conhecida como Lei Eleitoral, com o intuito de conferir mais estabilidade, previsibilidade e segurança ao processo eleitoral. Entretanto, na prática, a cada dois anos, antes das eleições, têm sido feitas as chamadas minirreformas eleitorais. Essas mudanças podem ser positivas quando têm a finalidade, por exemplo, de normatizar dúvidas ou preencher lacunas que venham sendo objeto de interpretações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para esclarecer e dar segurança, e o legislador incorpora aquela jurisprudência. No entanto, há ocasiões em que não se trata apenas de ajustes e acabam sendo feitas mudanças perniciosas e de muita permissividade, como o perdão de multas para candidatos ou partidos que infringiram a Lei Eleitoral. Isso não é bom para a democracia.

Como o senhor avalia o fim das coligações nas eleições proporcionais a partir deste ano?

Embora prevista desde 2017, a Emenda Constitucional 97 só veda as coligações proporcionais a partir das eleições para vereadores neste ano e, em 2022, também valerá para as candidaturas a deputados estaduais e federais. Como um dos que criticam o excesso de partidos políticos no Brasil, mesmo respeitando a posição contrária, acredito que essa medida pode ser benéfica, pois os partidos menores terão dificuldade em eleger seus candidatos, o que reduzirá o número de partidos no País, que, hoje, são de aproximadamente 40. Caso isso ocorra, o impacto do chamado presidencialismo de coalizão pode diminuir. Outro aspecto interessante é o fato de o candidato nas eleições proporcionais precisar

ter uma votação de pelo menos 10% do coeficiente eleitoral. Isso pode diminuir a influência do candidato “puxador de voto”, que permitia a candidatos com votação inexpressiva serem eleitos. Com essa medida, o candidato que não tiver o mínimo de votos exigidos não entra.

Quais medidas estão sendo tomadas para garantir o financiamento das candidaturas femininas?

Esse é um ponto importante para as eleições deste ano. No mínimo 5% dos recursos públicos oriundos do Fundo Partidário ou do Fundo Eleitoral têm que ser destinados para o financiamento das candidaturas femininas. O TSE tem punido infrações a essa regra. Recentemente, ficou provado que, nas eleições de 2016, no interior do Piauí, esse recurso foi desviado para financiar candidaturas masculinas. A decisão do TSE foi cassar todos os vereadores eleitos naquela coligação.

Hoje, há formas mais efetivas para combater as fake News?

As fake News sempre existiram, sejam na forma de boatos ou na distribuição e panfletos apócrifos na época das eleições. A questão é que hoje, com esse nome fake News, essa prática ganha em gravidade pela maneira como é criada e impulsionada nas redes sociais. São milhares de pessoas alcançadas em questão de segundos. A conclusão é que não temos como evitar o surgimento das fake News. E a maneira mais eficiente de lidar com esse fenômeno, como já está sendo feito na Europa, é promover a educação digital das pessoas. Ensiná-las a checar as informações enviadas por meio dos aplicativos de smartphones e e-mails, por exemplo. É importante checar as informações nos jornais, revistas, rádios e TVs sérios. A regra é a seguinte: na dúvida, não compartilhe. ●

TJ mantém atuação intensa em Brumadinho

Tragédia que completou um ano causou 259 mortes

Em janeiro de 2019, mais especificamente no dia 25, a barragem da Mina Córrego do Feijão, localizada no município de Brumadinho (Grande BH), se rompeu, causando a morte de 259 pessoas, outras 11 ainda estão soterradas na lama da mineira Vale, além do desastre econômico, social e ambiental.

Desde o primeiro momento, o Judiciário mineiro se mobilizou, juntamente com outras instituições, para dar pronta resposta à sociedade, diante de uma tragédia que ocorreu nesse município da Região Metropolitana de Belo Horizonte, mas que envolveu números superlativos e teve repercussão internacional.

O acervo das varas da Comarca de Brumadinho aumentou em mais de 20% após o rompimento da barragem. No dia 29 de janeiro, quatro dias após o ocorrido, o presidente da Amagis foi a Brumadinho, onde se reuniu com os juízes locais, juntamente com o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, para dar apoio e suporte aos magistrados e se solidarizar com os moradores locais.

Entre as primeiras medidas tomadas pelo TJMG em resposta à tragédia esteve a implantação em tempo recorde do Processo Judicial eletrônico (PJe) na Comarca. Além disso, o Tribunal criou uma secretaria remota para apoiar os julgamentos dos

processos de Brumadinho. A unidade do Centro Judiciário de Solução de Conflito [Ce-jusc] de Brumadinho também foi reestruturada, recebendo novos equipamentos de informática e aumento do número de servidores.

“O Tribunal de Justiça deu todo o apoio à Comarca de Brumadinho. Reestruturou o Cejusc, reestruturou a própria Comarca de Brumadinho, fornecendo servidores e funcionários terceirizados. O Judiciário está pronto e trabalhando para dar essa resposta à sociedade”, disse a juíza Perla Saliba Brito, da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude.

Além dos acordos e dos processos individuais das vítimas, o Judiciário também analisou a questão do impacto do rompimento da barragem em processos na 6ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte. O juiz titular, Elton Pupo Nogueira, condenou, em julho de 2019, a mineradora Vale a reparar todos os danos causados pela tragédia do rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho. O magistrado considerou a empresa responsável por reparar todos os danos causados pelo rompimento, e manteve, na ocasião, o bloqueio de R\$ 11 bilhões da mineradora.

HOMENAGEM

No dia em que a tragédia completou um ano, no dia 25 de janeiro de 2020, o presidente do TJMG,

ROBERT LEAL/TJMG



Reunião com juízes de Brumadinho logo após a tragédia

DIVULGAÇÃO



Solenidade em memória das vítimas de Brumadinho

desembargador Nelson Missias de Moraes, voltou ao município para homenagear as vítimas do desastre, juntamente com o governador Romeu Zema, e o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, entre outras autoridades.

O presidente do TJMG destacou o trabalho da Jus-

tiça. “O Judiciário mineiro tem cumprido seu papel e, um ano depois, os resultados são evidentes, pois, em ação integrada com a Defensoria Pública, logramos conduzir centenas de acordos com familiares das vítimas, contribuindo para minimizar a espera e amenizar a dor de todos, que também é nossa”, afirmou Nelson Missias. ●

ATUAÇÃO DO TJMG EM NÚMEROS

- **962** acordos protocolados no setor pré-processual
- **853** homologações envolvendo o

- rompimento da barragem
- **799** ações ajuizadas na Justiça comum

- **33** sentenças com resolução de mérito
- **121** sentenças sem resolução de mérito [por questões processuais]

MULHERES CRIMINOSAS SÃO ORDINARIAMENTE ESQUECIDAS

Estudos de perfis criminais ainda são incipientes em relação ao gênero feminino

DANIELA DE FREITAS MARQUES*

No mundo dos contos de fadas, sempre há locais exóticos, sábios reis e imperadores e belas moças com audaciosos e vorazes pretendentes. Há um conto de fadas de Maurice Baring, intitulado *Blue Rose*, “Era uma vez um sábio imperador chinês, cuja filha era de notável beleza [...]”. A perfeição da filha trouxe-lhe vários pretendentes. E por ser tão requestada, ela inteira somente seria dada ao homem que lhe ofertasse uma rosa de cor azul. À jovem foi ofertada a mais bela safira, mas ela a devolveu ao seu pretendente. À jovem foi ofertada uma rosa branca tingida do mais belo azul, mas ela a devolveu porque descobriu imediatamente a fraude. À jovem foi ofertada a mais bela rosa azul pintada na mais delicada porcelana, mas ela a devolveu com palavras tão delicadas como a gravação feita. Finalmente, um jovem menestrel, ao saber da condição exigida para a mão e para o coração da princesa, aceitou o desafio e ofereceu à jovem a mais bela rosa branca. E ela a aceitou, respondendo: “ – *Eu penso que a rosa é azul. Ela é, certamente, a Rosa Azul.*”

Tão significativa a associação da escolha da mulher ao azul profundo – porque à semelhança da visão dupla do feminino, o azul significa felicidade e profundidade de sentimentos e, ao mesmo tempo, o mergulho na mais profunda escuridão e no mais escuro luto. Associa-se à estrutura do universo, à imensidão do oceano e à psique humana: ao vaivém de nossas razões, de nossos sentimentos e de nossas motivações – aquele momento em que há a submersão em águas profundas e vê-se a face da *górgona*, como dito por Primo Levi.

Por que abrir o coração aos ca-

minhos do mal? Por que permitir as sombras que contaminam os espíritos e as escolhas humanas? As circunstâncias da vida e os sofrimentos que elas trazem a todos – *sem distinção do justo e do injusto* – jamais podem justificar condutas cruéis, desumanas ou criminosas. Sempre o sofrimento e as franjas do mal fazem-se presentes na vida humana – o pior inimigo é a própria sombra.

As mulheres criminosas são ordinariamente esquecidas, sobretudo, em tempos históricos cuja pedra de toque traduz-se na vitimização e cujo tempo histórico esfuma-se como pó e como cinzas. Mas elas não foram poucas na história criminal. E muitos dos crimes praticados foram terríveis por sua crueldade, frieza e insensibilidade. Algumas são notórias assassinas em série, em número **significativamente inferior** ao dos assassinos seriais do sexo masculino. No entanto, não raro as mulheres, representadas na figura materna, são as gestoras dos monstros, por abusos e por descasos que lhe são infligidos, verdadeiras **Lady Macbeth**, com seios, vertedouros de fel.

Se é certo que o estudo de perfis criminais ainda é incipiente em relação às mulheres, não menos acertada é a tentativa de vislumbrar a alma de algumas criminosas. Seria possível fazê-lo? Vislumbrar a alma de alguém equivale a compreender a alma do mundo – tirando-lhe os infinitos véus e vislumbrando-lhe a verdadeira face.

Nannie Doss, a viúva negra, também conhecida como a “*vovó risonha*” e *Leonarda Cianciulli*, a “*saponificadora de Corregio*” são dois exemplos que se multiplicam como grãos de areia. Mas qual a constante entre as mulheres criminosas seriais?

Em artigo publicado por Harrison, Hughes & Gott, intitulado *Sex Differences in Serial Killers*, indicam-se as

principais diferenças entre homens e mulheres, criminosos seriais.

1. Criminosos seriais masculinos [CSM] são “*caçadores*”, enquanto criminosas seriais femininas [CSF] são “*coletoras*”;

2. Criminosos seriais masculinos [CSM] preferem “*caçar*” estranhos, percorrendo distâncias e selecionando suas vítimas; criminosas seriais femininas [CSF], frequentemente, matam aquelas pessoas que estão ao seu redor, “*recolhendo-as*” em coleção macabra, permanecendo em único lugar para a consecução dos crimes;

3. Criminosos seriais masculinos [CSM] tem como motivo determinante de sua conduta a *gratificação sexual*; enquanto criminosas seriais femininas [CSF] tem como motivo determinante de sua conduta os *ganhos financeiros*;

4. Criminosos seriais masculinos [CSM] tem o comportamento vinculado frequentemente a comportamentos sádicos de conteúdo sexual, v.g., amarrar a vítima, torturá-la e mutilá-la e, em regra, o comportamento é dirigido às vítimas mulheres; criminosas seriais femininas [CSF] não têm o comportamento vinculado a este tipo especial de comportamento sádico – tendem a matar silenciosamente.

Talvez, o laço em comum, seja a possibilidade de em ambos os sexos, os crimes poderem ser cometidos em tenra idade, em verdadeiro dobrar lúgubre de sinos. *Mary Bell*, britânica, com apenas 11 anos de idade, matou Martin Brown e Brian Howe. Não há registro de que ela tenha se tornado uma criminosa serial – *diz-se criminoso serial aquele que comete crimes de forma intencional e premeditada, em número igual ou superior a três condutas criminosas, com certo intervalo de tempo*. Os dois homicídios são os únicos crimes que ela teria cometido. O que pode ser feito? Como evitar crimes terríveis cometidos isoladamente ou em caráter de serialidade? As paisagens estão presentes, mas os olhos vacilam, os ouvidos não se abrem e as mãos murcham à espera. ●

[*] Juíza da Justiça Militar de Minas Gerais e doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais

Amagis participa de homenagem às vítimas do holocausto

Data foi instituída em 2005 durante assembleia geral da ONU

O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou, no dia 27 de janeiro, da celebração do Dia Estadual e Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, realizado no auditório do BDMG, em Belo Horizonte.

Instituído em 2005, durante Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a data homenageia os 6 milhões de judeus vítimas do extermínio nazista. Em 27 de janeiro de 1945, soldados soviéticos entraram no campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, e libertaram os prisioneiros do nazismo.

A solenidade contou com as presenças do governador de Minas, Romeu Zema, do vice-governador, Paulo Brant, do embaixador de Israel no Brasil, Yossi Shelley, do presidente do BDMG, Sérgio Suchodolski, do presidente da Federação Israelita de Minas Gerais, Eduardo Kuperman, e do sobrevivente do holocausto Henry Katina.●

IZABELA MACHADO



Henry Katina (sobrevivente do holocausto) e Alberto Diniz

AMAGIS



O presidente da Amagis, desembargador Alberto Diniz, acompanhado do desembargador Octavio Boccalini, fez visita de cortesia, em 15 de janeiro, ao presidente em exercício do TRE-MG, desembargador Marcos Lincoln dos Santos. O magistrado exerceu a função entre os dias 7 e 20 de janeiro, durante férias do desembargador Rogério Medeiros, presidente do TRE-MG, e afastamento por compensação do desembargador Alexandre de Victor de Carvalho, vice-presidente do Tribunal Eleitoral.●

DE COMARCA EM COMARCA

- Rodrigo de Carvalho Assumpção foi promovido, por antiguidade, da unidade jurisdicional única da Comarca de Paracatu para a 4ª Vara Cível da Comarca de Patos de Minas
- Alexandre Magno Mendes do Valle foi removido, por merecimento, da 8ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte para a 3ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Uberlândia
- Joemilson Donizetti Lopes foi removido, por antiguidade, do

cargo de presidente do 3º Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte para a 8ª Vara de Família da mesma comarca

- Fabiana Cardoso Gomes Ferreira foi removida, por antiguidade, do cargo de 31ª juíza de direito auxiliar para o cargo de presidente do 3º Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte
- André Ladeira da Rocha Leão foi promovido, por antiguidade, da unidade jurisdicional única da Comarca de Muriaé para o cargo de 31º juiz de direito auxiliar

Colônia de Nova Viçosa pode ser reservada pelo Airbnb

Uso do aplicativo em Caldas Novas aumentou ocupação em 55%

BRUNO GONTIJO



Colônia de Nova Viçosa, no Sul da Bahia, tem uma área de 50 mil metros quadrados

A diretoria da Amagis decidiu cadastrar os apartamentos da colônia de férias de Nova Viçosa [BA] no aplicativo de hospedagem Airbnb. A medida foi tomada após os bons resultados obtidos na unidade de Caldas Novas [GO], que obteve alta de 55% na taxa de ocupação dos apartamentos com o uso do serviço oferecido por meio da internet.

O Airbnb é um serviço online no qual as pessoas podem disponibilizar um imóvel ou parte dele para locação a turistas. Por meio do aplicativo ou do site airbnb.com.br é possível reservar as mais diferentes acomodações por todo o mundo. O serviço também disponibiliza a avaliação das pessoas sobre os

lugares em que ficaram hospedados.

O objetivo da Associação com a oferta de aluguéis por meio do Airbnb é ampliar a arrecadação com as colônias de férias de maneira segura, uma vez que o aplicativo oferece garantias ao locador e disponibiliza histórico da pessoa responsável pela reserva. Também são observados pela Amagis todos os critérios fixados no regulamento de uso das colônias de férias da Associação.

Os imóveis serão disponibilizados para a locação durante os períodos de baixa temporada, com diária de R\$ 100,00. Para os associados, esse valor é de R\$ 60,00. Na alta temporada, não são ofertadas unidades para hospedagem por meio do aplicativo. Nesse pe-

ríodo, a diária cobrada é de R\$ 120,00.

Com uma área verde de 50 mil metros quadrados, a colônia de Nova Viçosa dispõe de 22 apartamentos duplex e 12 casas com três quartos, lavanderia e varanda. A estrutura oferecida aos associados inclui ainda hall social, piscinas, bar de apoio, restaurante, playground, sauna seca, salão de jogos com mesas de sinuca, totó, pingue-pongue e baralho.

Entre os atrativos naturais da cidade localizada no Sul da Bahia, estão as praias do Pau Fincado, do Ponta, do Sambacuí, Lugar Comum, a Ilha da Coroa Vermelha e o Parque Nacional de Abrolhos, onde é possível observar baleias Jubartes nos meses de julho a outubro. ●

CONVÊNIOS

● Instituto de Inglês Jurídico

Desconto de 20% para associados nos cursos de inglês e inglês jurídico, e na consultoria. Tradução com 15% de desconto.

Telefone: (21) 99612.0425

Endereço: Rua Barbosa Lima, 332, sala 101, Centro – Juiz de Fora

● Companhia Athletica

Desconto para associados da Amagis e familiares em 1º grau, desde que haja no mínimo de 30 associados matriculados.

Telefone: (31) 3304-2000

Endereço: Av. Olegário Maciel, 1.600 [Shopping Diamond Mall], Lourdes – BH
Site: ciaathletica.com.br

● Ar&Companhia Ltda

Vendas com desconto de 5% e instalações, manutenções e consertos de condicionadores de ar com desconto de 7%.

Telefones: (31) 3075-7208, 3016-5818, 3017-3518

Endereço: Rua Mantiqueira, 227, Santa Inês – BH

● Picchioni

Taxa diferenciada na compra e venda de dólar americano e euro, conforme cotação do momento. Cartões pré-pagos e remessas internacionais. O desconto não é cumulativo com taxas promocionais disponibilizadas pela Picchioni ao público em geral.

Telefone: (31) 3517-0000

Lojas: nos Shoppings de BH, Contagem e no Vila Olímpia [SP]

Site: picchioni.com.br

Piscina do Parque Esportivo terá aquecimento solar

Novo equipamento é 60% mais econômico que o anterior

A diretoria da Amagis determinou a troca do sistema de aquecimento da piscina do Parque Esportivo por um mecanismo que utiliza a energia solar. A previsão é de que a instalação do novo sistema possa gerar economia de até 60% em comparação ao uso do equipamento anterior.

A medida faz parte das ações administrativas da diretoria da Amagis, feitas com o objetivo de otimizar os custos sem afetar a qualidade do atendimento oferecido aos associados. A diretoria também trabalha para ampliar a arrecadação com o uso das unidades sociais da Associação, tomando medidas como a inclusão de algumas colônias de férias no aplicativo de hospedagem Airbnb e reduzindo o valor das diárias das colônias de férias e do Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito (CAMT), em 50%. Para as colônias a promoção é válida somente na baixa temporada.

A previsão é de que a obra de instalação do sistema de aquecimento solar da piscina do Parque Esportivo seja concluída antes da chegada do inverno, permitindo que os associados e seus familiares possam usufruir da unidade com conforto e comodidade. A estrutura do Parque Esportivo

TIAGO PARRELA



Piscina é um dos atrativos do Parque Esportivo

teve inclui playground, salão de jogos, academia de ginástica, sauna, vestiário e duas quadras poliesportivas para a prática de basquete, vôlei, peteca e tênis. ●

SIGA A AMAGIS NA REDE...



facebook.com/amagis



twitter.com/amagisMG



instagram.com/amagismg

CarnAmagis

Grito de Carnaval na Amagis

Dia 14
de fevereiro

De 18h às 22h

No parque esportivo da Amagis
(Rua Albita, 160 - BH)

Com apresentação de:

Mestre Linguinha &

BATERIA SHOW

Amagis vai oferecer buffet de comida de boteco. As bebidas serão vendidas à parte por meio de comandas individuais. Cada associado poderá trazer até dois convidados para o evento. Haverá também concurso de fantasias e blocos. Tragam as crianças fantasiadas!

Confirmação de presença e mais informações:
(31) 3079-3457 ou eventos@amagis.com.br



PENSAMENTO JURÍDICO

14ª Semana da Conciliação

Realizada no último mês de novembro, a 14ª Semana Nacional da Conciliação teve como conceito promover a conciliação em qualquer época do ano e em qualquer fase do processo judicial. Quais foram os resultados da 14ª Semana da Conciliação? Para falar mais sobre o assunto, convidamos a juíza Flávia Birchal de Moura, coordenadora dos Juizados Especiais de Belo Horizonte. [Foto]



Educação social em prisões

O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) adotou a metodologia Apac (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) como uma de suas políticas para o Sistema Prisional. O que isso representa para a Justiça criminal? Conversamos com o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, coordenador-executivo do programa Novos Rumos do TJMG, que nos falou mais sobre esse tema.

Congraçamento 2019

Para celebrar as realizações de 2019, cerca de mil magistrados mineiros reuniram-se no Encontro de Congraçamento da Magistratura, promovido pela Amagis e pelo TJMG. O evento reuniu autoridades de outros Poderes e convidados e ainda contou com o show da banda de rock Capital Inicial. O Pensamento Jurídico acompanhou a solenidade e fez uma edição especial do programa.

Audiências de Interdição

O Pensamento Jurídico falou sobre as audiências de interdições na casa do jurisdicionado. Como funciona essa experiência? Quais as condições em que essas audiências são realizadas? Quais os alcances da decisão judicial? Conversamos com o juiz Gustavo Câmara Corte Real, auxiliar especial em Vespasiano e que têm promovido esse tipo de experiência na comarca onde atua.

TV JUSTIÇA Sábado, às 12h [Canais 7, 117, 901 ou 5] - **TV COMUNITÁRIA** Sábado, às 22h [Canais 6 ou 13]

VIA JUSTIÇA

Direito dos Animais

Em fevereiro do ano passado, a Frente Parlamentar Mista de Defesa dos Animais apresentou vários projetos em defesa dos animais, como a responsabilização de estabelecimentos coniventes a agressões aos animais. Para falar sobre o tema, convidamos o desembargador Rogério Medeiros, presidente do TRE-MG, e a advogada Edna Cardozo Dias, especialista em Direito dos Animais. [Foto]



Criminalização da homofobia

No último mês de junho, o plenário do STF aprovou a criminalização da homofobia por 8 votos a 3. Com isso, a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero será enquadrada na lei do racismo. Para discutir o assunto, convidamos o desembargador Newton Teixeira Carvalho, da 13ª Câmara Cível do TJMG, e a advogada Amanda Melo, vice-presidente da OAB Jovem-MG.

Reincidência juvenil

O TJMG, em parceria com a PUC Minas, realizou uma pesquisa inédita no País sobre a reincidência infracional juvenil. Para falar sobre o tema, convidamos a desembargadora Valéria Rodrigues Queiroz, superintendente da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj), do TJMG, e idealizadora da pesquisa, e o professor da PUC Minas Luís Flávio Saporì, coordenador do estudo.

Erro Médico

Ações judiciais sobre erros médicos têm crescido nos últimos anos. Dados do TJMG mostram que no 1º semestre de 2018 foram instaurados 92 processos referentes a esses casos, revelando um crescimento em relação a 2017. Participam do programa, o desembargador Alexandre Quintino Santiago, da 8ª Câmara Cível do TJMG, e o advogado Rômulo Brasil, especialista em direito civil.

TV JUSTIÇA Quarta-feira, às 9h30 [Canais 7, 167, 21 ou 5] - **TV ASSEMBLEIA** Sexta-Feira, às 23h [Canais 11, 61.2 ou 35]
TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30 [Canais 6 ou 13]



REPRODUÇÃO

BAÚ DE ACORDES

Zé Keti

Tiago Parrela - O músico cravou seu nome na história do samba com a composição a "Voz do Morro", música de maior sucesso na qual o compositor mostrou ao mundo seu valor. Da infância pobre no bairro de Inhaúma no Rio de Janeiro, o músico atuou em filmes, como "Rio, 40 graus" e o show espetáculo "Show Opinião", que apresentava a história de três personagens, que, além de Zé Keti, acompanhavam João do Vale e Nara Leão, marcando com a peça uma oposição do teatro ao golpe militar.

Com um violão embaixo do braço, o músico andava "por aí", e tendo motivo fazia mais um samba, como cantou em

"Diz que fui por aí". Outro grande sucesso do músico e tocado nos carnavais é "Máscara Negra", contando sobre os amores fugazes de Carnaval.

A vida no morro também foi assunto para comentar a desigualdade social e uma crítica à violência contra os pobres, como em "Acender as Velas", que conta uma contradição entre a alegria do samba no morro e a ausência da ação do estado para recursos básicos, em contraste à ação repressiva.

Já em "Opinião", Zé Keti mostra sua reverência à vida no morro, falando das carências e soluções encontradas para driblar as dificuldades. Tratando as

composições ora com humor, crítica e crônica social, para dizer sobre o País e de um lugar no mundo.

Um dos momentos marcantes da carreira de Zé Keti foi quando ele apareceu na Embaixada da Bolívia para cantar aos brasileiros que se preparavam para viajar para o exílio, logo após o golpe militar, em 1964. O jornalista Artur da Távola, um dos exilados, registrou em uma crônica: "...Todos cantavam, antecipadamente sofridos pela certeza de que não teriam, pelo menos por alguns anos, a oportunidade de conviver com aquilo e tanta coisa nossa, bela e boa e que, só a partir da certeza de não mais a ter, começava a ganhar importância".●

AGENDA CULTURAL

TEATRO

● MARIAS

Data: 12 a 15 de fevereiro

Horário: 20h30

Local: Cine Theatro Brasil (Praça 7-BH)

Ingressos: R\$40 (inteira), R\$20 (meia) e R\$18 (SINPARC)*

Informações:

vaaoteatromg.com.br

● NÓS (GRUPO GALPÃO)

Data: 14 a 16 de fevereiro

Horário: 21h (sexta e sábado) e 20h (domingo)

Local: Galpão de Ideia

Ingressos: R\$42 (inteira) e R\$20 (SINPARC)*

Informações: vaaoteatromg.com.br

● CABARÉ LIDÔ

Data: 14 a 16 de fevereiro

Horário: 20h

Local: Galpão de Ideia

Ingressos: R\$44 (inteira), R\$22 (meia) R\$20 (SINPARC)*

Informações: vaaoteatromg.com.br

● PETER PAN

Data: 15 a 16 de fevereiro

Horário: 16h

Local: Centro Cultural Minas Tênis

Clube

Ingressos: R\$ 19 (Sinparc) e R\$ 44 (Teatro - inteira)

Informações:

centroculturaminasc.com.br

TEATRO INFANTIL

● O SÍTIO DO PICAPAU AMARELO

Data: 15 de fevereiro

Horário: 16h

Local: Teatro Sesiminas

Ingressos: R\$50 (Inteira), R\$25 (Meia) e R\$20 (Sinparc)*

Informações: vaaoteatromg.com.br

● SOLTANDO OS BICHOS

Data: 15 e 16 de fevereiro

Horário: 16h

Local: Teatro Estação BH

Ingressos: R\$44 (inteira), R\$22 (meia) R\$20 (Sinparc)*

Informações: vaaoteatromg.com.br

● O REI LEÃO

Data: 16 de fevereiro

Horário: 16h

Local: Teatro Sesiminas

Ingressos: R\$50 (Inteira), R\$25 (Meia) e R\$20 (Sinparc)*

Informações: vaaoteatromg.com.br

MÚSICA

● FREJAT

Data: 21 de março

Horário: 21h

Local: Palácio das Artes

Ingressos: plateia I R\$ 170,00;

plateia II, R\$ 150,00 e plateia

superior, R\$ 130,00*

Informações: (31) 3236-7400

● RICHARD CLAYDERMAN

Data: 2 de abril

Horário: 21h

Local: Palácio das Artes

Ingressos: plateia I R\$ 440,00;

plateia II, R\$ 360,00 e plateia

superior, R\$ 280,00**

Informações: (31) 3236-7400

● ZÉ RAMALHO

Data: 25 de abril

Horário: 22h

Local: KM de Vantagens Hall

Ingressos: pista/arquibancada

R\$ 110,00 (inteira), R\$55,00 (meia);

mesa R\$ 225,00 (inteira) e mesa com

4 lugares R\$ 900 (inteira)

Informações: ticketsforfun.com.br

*Os valores promocionais são para compras antecipadas no Sinparc. Saiba mais no site vaaoteatromg.com.br.

**As regras sobre o direito a meia entrada estão disponíveis no site fcs.mg.gov.br

Atividades físicas previnem contra a temida osteoporose

Juízes podem praticar musculação e hidroginástica na Amagis

Por ser uma doença que não apresenta muitos sintomas, as pessoas costumam receber o diagnóstico de osteoporose quando fraturam algum osso, conforme observou o médico geriatra Rafael Pacheco Terra, diretor da Clínica Revitare, credenciada à Amagis Saúde. A osteoporose é definida pela perda acelerada de massa e densidade óssea.

Mais comum entre mulheres a partir dos 50 anos e com maior incidência entre os homens por volta dos 70 anos, a osteoporose também pode afetar jovens com doenças que levam à perda de densidade óssea. Entre esses males, o especialista citou doenças reumáticas ou autoimunes, em que o tratamento é feito com o uso contínuo de altas doses de corticosteroides.

Segundo o médico, a prevenção da osteoporose consiste em alimentação saudável, que deve ser rica em cálcio, na realização de atividades físicas e na reposição de vitamina D. “Quanto



Associados praticam exercícios com orientação de fisioterapeuta

antes começar a praticar exercícios físicos, sobretudo os de carga [musculação, por exemplo], mais reserva de massa óssea a pessoa terá, lembrando, sempre, da importância do acompanhamento profissional”, orientou.

Para realizar atividades físicas de maneira correta, os associados da Amagis contam com o acompanhamento e orientação do fisioterapeuta Roberto Barata em aulas de hidroginástica e musculação, realizadas às terças e quintas-feiras, de 8h às 10h45, no Parque Esportivo da Associação. Segundo Roberto Barata, que também é credenciado à Amagis Saúde, o fortalecimento muscular promove o crescimento ósseo.●

ATENDIMENTO PESSOAL E HUMANIZADO

GEORGIA BAÇVAROFF



Roque Silva Rodrigues

Mensageiro – Com 22 anos de serviços prestados à Amagis Saúde, Roque Silva Rodrigues é um dos funcionários mais antigos do plano de saúde da Magistratura mineira. Como mensageiro, executa atividades de escritório, serviços bancários, efetua pagamentos a estabelecimentos comerciais, recebe e distribui correspondências, documentos e encomendas essenciais ao funcionamento do plano.●

Amagis Saúde simplifica demonstrativo do IRPF

Plano preparou perguntas e respostas sobre despesas médicas

Para facilitar o lançamento de despesas médicas na declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) deste ano, a Amagis Saúde simplificou o demonstrativo que, a partir deste mês, está disponível no site amagissaude.com.br e no aplicativo do plano de saúde da Magistratura mineira (saiba mais na página 20).

Simplificado, o novo leiaute tem apenas três colunas: valor de contribuição, valor de coparticipação e valor reembolsado. Ao preencher o campo de pagamentos efetuados ao plano de saúde na declaração de IRPF, o usuário deverá

somar os valores de contribuição e coparticipação do ano-calendário 2019. Já o valor reembolsado deve ser informado no campo parcela não dedutível/reembolsado. Já o valor reembolsado deve ser informado no campo parcela não dedutível/reembolsado, quando forem informadas despesas médicas particulares.

Ainda para facilitar o preenchimento da declaração pelos associados, a Amagis Saúde, em parceria com o escritório Dhisá Valor Contábil, preparou uma série de perguntas e respostas sobre o preenchimento das informações de despesas médicas no IRPF. *Veja abaixo.*

Para baixar o demonstrativo das despesas referentes ao Amagis Saúde, o associado deve acessar a área do beneficiário no site amagissaude.com.br, escolher o tipo de acesso [beneficiário], digitar usuário, senha e clicar em entrar. Depois basta selecionar as opções relatórios, extrato de IRPF anual e, por fim, em gerar.

Já para ter acesso ao documento por meio do aplicativo da Amagis Saúde, o usuário deverá baixá-lo nas lojas virtuais App Store, para iPhones, ou no Google Play, para celulares que operam no sistema android. ●

TIRE SUAS DÚVIDAS

Como declaro o valor pago ao meu plano de saúde no Imposto de Renda?

As despesas com plano de saúde no Brasil devem ser informadas na aba **Pagamentos Efetuados**. No campo **código**, escolha a opção **26: Planos de Saúde no Brasil**. Informe se a despesa a ser declarada é referente ao titular do plano de saúde, a algum dependente ou alimentando. Insira o nome completo e o CNPJ da operadora do plano de saúde informado no Demonstrativo Anual de Despesas Médicas. Para finalizar, preencha no campo **Valor Pago** o total gasto no calendário de 2019, conforme consta no extrato fornecido pela operadora.

Posso declarar as despesas dos meus dependentes no Imposto de Renda?

O contribuinte titular de plano de saúde não pode deduzir os valores referentes aos dependentes, quando esses declararem em separado, pois somente são dedutíveis na declaração os valores pagos ao plano de saúde de pessoas físicas, **consideradas dependentes perante a legislação tributária** e incluídas na declaração do responsável em que forem consideradas dependentes.

O dependente que fizer sua declaração em separado pode informar sua parte com os gastos do plano de saúde?

Quando o dependente for inte-

grante da entidade familiar do declarante, ele poderá informar em sua declaração os gastos com o plano de saúde, cujo ônus tenha sido suportado por um terceiro. Não há, nesse caso, a necessidade de comprovação do ônus. A entidade familiar compreende todos os ascendentes e descendentes do declarante, bem como as demais pessoas físicas consideradas seus dependentes perante a legislação. Caso o dependente não seja integrante da entidade familiar, ele poderá declarar os gastos com o plano de saúde, porém, deverá comprovar a transferência de recursos, através de depósito bancário ou recibo comum.

Como declarar os valores dos reembolsos recebidos?

Quando foi feito algum procedimento por fora do plano de saúde, em caráter particular, e recebeu o reembolso, este valor também deve ser declarado. Na aba **Pagamentos Efetuados**, selecione o respectivo código da despesa médica e informe se o procedimento foi destinado ao titular ou dependente. No campo **Valor Pago**, coloque o valor total da despesa. No campo **Parcela não dedutível/reembolsado**, informe o valor reembolsado pelo seu plano de saúde.

Como posso esclarecer minhas dúvidas sobre a declaração do Imposto de Renda?

Por estarem habituados a cumprir obrigações acessórias com os órgãos fiscalizadores e possuírem conhecimento técnico na área tributária, os profissionais de contabilidade são os mais habilitados para esclarecer as dúvidas sobre a declaração de imposto de renda. Em caso de dúvidas mais complexas, busque um serviço técnico capacitado para obter os devidos esclarecimentos.

Devo guardar os documentos comprobatórios da minha declaração de Imposto de Renda?

Em caso de irregularidade, a Receita Federal do Brasil pode pedir a comprovação dos gastos realizados. Assim, é fundamental guardar todos os comprovantes. Neles devem constar o nome, endereço e número do CPF ou do CNPJ de quem recebeu os pagamentos. Os comprovantes devem ser guardados por pelo menos cinco anos a partir da data de entrega da declaração. Quando se tratar de uma declaração retificada é preciso guardar pelo prazo de cinco anos a contar da última retificação. ●

Aplicativo da Amagis Saúde será lançado neste mês

Sistema poderá ser utilizado em tablets e smartphones

A Amagis Saúde lançará, neste mês, um aplicativo para celulares e tablets, que irá facilitar o acesso dos usuários a dados, serviços e notícias referentes ao plano de saúde da Magistratura mineira.

O sistema permitirá ao usuário consultar a rede credenciada da Amagis Saúde e criar uma lista de prestadores de serviço favoritos. Também será possível fotografar prescrições, receitas médicas e catalogá-las.

A consulta à rede credenciada poderá ser feita a partir de filtros como estado, cidade, bairro, tipo de estabelecimento e especialidade.

Além dessas informações, o aplicativo exibirá

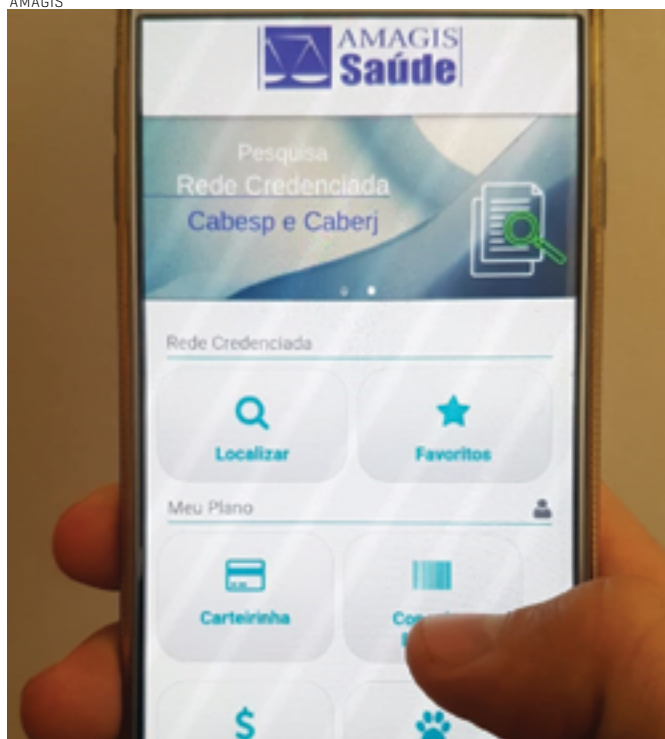
a localização do prestador de serviço, permitindo ao usuário traçar a rota do ponto onde está até a clínica, laboratório ou consultório escolhido.

Os associados também poderão acessar informações sobre as cobranças de maneira detalhada e visualizar o histórico de utilização do plano de saúde.

Outra vantagem do aplicativo é a possibilidade de utilizá-lo como carteira do usuário do plano. Para isso, o sistema emitirá uma identificação digital.

O aplicativo da Amagis Saúde pode ser baixado nas lojas virtuais App Store e Google Play, respectivamente para Iphones e Ipads, e smartphones e tablets que utilizam o sistema android. ●

AMAGIS



Aplicativo da Amagis Saúde

DICAS AMAGIS SAÚDE

Atualização cadastral

De acordo com exigência da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), o cadastro dos usuários dos planos de saúde e seus dependentes deve estar sempre atualizado. Além de evitar que penalidades possam ser aplicadas ao plano, ao atualizarem seus dados, os associados da Amagis Saúde terão sua correspondência sempre regularizada, recebendo documentos como a carteira do plano e informações sobre eventos realizados pela Associação.

Por que atualizar?

Para receber documentos, comunicações, demonstrativos, carteiras de identificação, convites para eventos e correspondências como a carta com informações sobre o check-up no mês do aniversário.

Quais dados precisam ser atualizados?

Endereço, telefones e e-mail. Dados pessoais dos associados titulares e dependentes como CPF e o nome dos

pais também precisam estar corretos e completos.

Como atualizar?

Pelos telefones [31] 3079-3482, com Eliete Guimarães, ou [31] 3079-3499, ramal 3421, com Rosângela Corrêa. A atualização dos dados cadastrais também pode ser feita no site amagissaude.com.br. O usuário deverá clicar na opção Fale Conosco, no menu principal, selecionar o setor Cadastro de Associados, preencher o formulário e depois clicar em enviar. ●